

Relatório da Administração - 2021

Enel Geração Fortaleza

Central Geradora Termelétrica de Fortaleza S.A.

24 de fevereiro de 2022

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/pt/investidores/GeracaoFortaleza> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Central Geradora Termelétrica de Fortaleza S.A. – CGTF (“Enel Geração Fortaleza” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1 PERFIL

A Enel Geração Fortaleza é uma geradora com sede na cidade de Caucaia, Estado do Ceará, e forma parte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, distante 50 quilômetros de Fortaleza. Concluída em 2003, a usina, implantada a partir do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT) do governo federal, produz energia via ciclo combinado de gás natural e vapor. O Grupo Enel, por meio da Enel Brasil S.A., possui 100% de seu capital total.

Com 327 MW de potência instalada, a usina tem toda a produção comercializada com um único cliente, a distribuidora Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará”), que atende todo o Estado do Ceará. O contrato entre Enel Distribuição Ceará e Enel Geração Fortaleza, celebrado em 31 de agosto de 2001, estipula a entrega anual de 2.690 GWh/ano (equivalente à 307 MW médios) e tem vigência até 2023. A CGTF conta ainda com uma linha de transmissão de 1,2 Km em alta-tensão (230Kv).

A Companhia possui um contrato com a Petrobras, que garante o suprimento de gás natural a um preço fixo até 2023. Em 2017, a Petrobras anunciou rescisão unilateral do contrato de fornecimento de gás natural, resultando em um litígio. A Companhia ajuizou ação contra a Petrobras com o objetivo de restabelecer o fornecimento de gás à usina, e garantiu seu abastecimento de combustível em decisões judiciais liminares. Em 31 de agosto de 2020, a Companhia e a Petrobras, de comum acordo, solicitaram a desistência dos processos judiciais, sem prejuízo à manutenção do Contrato.

Em 2021, a Enel Geração Fortaleza teve uma geração líquida de 399 GWh (212 GWh em 2020).

2 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2021	2020	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	327	327	-	-
Energia assegurada (Garantia Física) (MWm)	319	319	-	-
Geração de energia elétrica (GWh/ano)	399	212	187	88,2%
Venda de energia elétrica - Contrato Bilateral (GWh/ano)	2.690	2.690	-	0,0%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	5.014	3.636	1.378	37,9%
Investimento Total (R\$ Mil)	28.071	48.515	(20.444)	-42,1%

Número de Colaboradores

	2021	2020	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	54	61	(7)	-11,5%
Número de colaboradores parceiros	62	58	4	6,9%
Total	116	119	(3)	-2,5%

Indicadores Patrimoniais

	2021	2020	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	1.345.147	1.154.935	190.212	16,5%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	895.065	714.867	180.198	25,2%
Valor patrimonial por ação (R\$)	5,89	4,71	1,19	25,2%

* Valores não auditados pelos auditores independentes

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2021, o índice de disponibilidade interna acumulado da usina foi de 99,2% em comparação a 99,2%, registrado no exercício anterior, com um fator de utilização de 14 % (vs. 8% em 2020). Durante o ano de 2021, a operação ocorreu normalmente sob despachos por ordem de mérito.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil

	2021	2020	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	2.181.938	1.367.441	814.497	59,6%
Deduções da Receita Bruta	(462.312)	(402.579)	(59.733)	14,8%
Receita Operacional Líquida	1.719.626	964.862	754.764	78,2%
Custo do Serviço e despesas operacionais (1)	(1.139.106)	(644.904)	(494.202)	76,6%
EBITDA (2)	580.520	319.958	260.562	n.a
Margem EBITDA	33,76%	33,16%	-	0,60 p.p
EBIT (3)	523.834	264.158	259.676	n.a
Margem EBIT	30,46%	27,38%	-	3,08 p.p
Resultado Financeiro	9.966	(2.688)	12.654	n.a
Imposto de Renda e Contribuição Social	(175.397)	(101.316)	(74.081)	73,1%
Prejuízo/Lucro Líquido	358.403	160.154	198.249	n.a
Margem Líquida	20,84%	16,60%	-	4,24 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	2,36	1,05	1,30	n.a

(1) Não inclui depreciação e amortização

(2) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(3) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A receita operacional bruta de 2021 foi superior em 59,6% em relação ao ano de 2020, decorrente, sobretudo, de maior volume de energia vendida entre os períodos analisados, devido ao aumento da demanda de energia térmica em razão da crise hídrica. O suprimento de energia – CCEAR à Enel Distribuição Ceará, também contribuiu para o aumento no período, cuja receita oriunda foi 20% maior que o registrado no ano anterior.

Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram um aumento de 76,6% principalmente pelo aumento de R\$ 636,2 milhões na rubrica de energia elétrica comprada no mercado, em relação a 2020.

Estes efeitos resultaram em um EBITDA positivo de R\$ 580,5 milhões, um aumento de R\$ 260,6 milhões em relação ao EBITDA apresentado em 2020.

O resultado financeiro totalizou, em 2021, R\$ 9,9 milhões, um aumento de R\$ 12,7 milhões em comparação a 2020, devido principalmente aos seguintes fatores: (ii) maior receita com atualização de créditos tributários no valor de R\$ 13,8 milhões e (ii) maior renda de aplicação financeira no valor de R\$ 4,0 milhões.

O exercício encerrou com um lucro líquido de R\$ 358,4 milhões, resultado R\$ 198,2 milhões superior em relação ao registrado em 2020.

5 INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2021 somaram R\$ 28,1 milhões, contra R\$ 48,5 milhões no ano anterior (-42,1%). Estes recursos foram aplicados visando manter a disponibilidade das unidades geradoras e a segurança operacional. A variação observada entre os períodos deve-se à menor necessidade de manutenções extras, sem comprometer a disponibilidade da planta e realização de projetos de investimentos em Overhaul.

6 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Enel Geração Fortaleza tem a sustentabilidade na estratégia do seu negócio e sempre busca conhecer as necessidades e expectativas do público das suas áreas de influência para a efetiva ação social e apoio ao desenvolvimento regional. O Plano de Sustentabilidade, importante ferramenta estratégica que utilizamos, é revisto anualmente, tem a participação de diversas áreas e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas,

colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. A sustentabilidade faz parte não só da natureza do nosso negócio, mas também da nossa estratégia corporativa.

A atuação da empresa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estamos especialmente comprometidos com seis dos 17 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Por meio dos 11 projetos de Sustentabilidade junto às comunidades com as quais a Enel Geração Fortaleza se relaciona no território, em 2021, a empresa beneficiou mais 4 mil pessoas, com investimentos de cerca de R\$ 1 milhão. Face ao período do distanciamento social em razão da pandemia do COVID-19, mais uma vez a forma de interagir com as comunidades foi adaptada e foram ampliados os canais com a implantação de uso de meios digitais. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se:

Enel Compartilha Cultura - Programa que visa fortalecer a cultura nas regiões de atuação da Enel no Brasil. Em Enel Geração Fortaleza o programa beneficiou 3.763 pessoas. Destacam-se os projetos EPADA – Educação para as Artes Digitais Animadas e ANIMARE, que visam à inclusão de jovens em artes digitais e animação. Outro destaque foi a realização de mais uma edição do Visita Espetacular - Teatro José de Alencar, projeto cultural e de arte- educação, realizado pelo Instituto Teatro Público em parceria com o Teatro José de Alencar e que iniciou em 2002, completando no último ano 19 anos de atividades. Em função da pandemia do Covid-19, a produção, juntamente com a assessoria pedagógica estabeleceu uma linha de comunicação virtual com as escolas, professores e alunos, viabilizando encontros e materiais pedagógicos virtuais, transmitidas pelas redes sociais, vídeos e visitas virtuais, proporcionando interatividade com os alunos e professores.

Plataforma Sinfonia do Amanhã: Programa que visa fortalecer a educação musical nas regiões de atuação da Enel no Brasil, por meio de uma plataforma colaborativa entre instituições e projetos com esse foco, proporcionando o desenvolvimento e a conexão entre as 26 escolas participantes no Brasil. O programa promove ainda o acesso à cultura, fortalecimento da cidadania e inclusão social dos beneficiados. Duas instituições do entorno da Enel Geração Fortaleza, a Orquestra São Gonçalo do Amarante e a Escola de Música Chiquita Braga. Em 2021 seguindo com aulas de forma online e presenciais respeitando todos os protocolos. A Orquestra São Gonçalo do Amarante beneficiou 74 alunos e a Escola de Música Chiquita Braga beneficiou mais de 20 alunos.

Enel Compartilha Atitude Verde – Plan Bee: O projeto visa divulgar e fomentar a meliponicultura para grupos de jovens locais como uma tecnologia de desenvolvimento ambiental, social e econômico. Em 2021 foi realizado o 1º workshop para apresentação do projeto no auditório da usina de forma on-line. O projeto alcançou 33 beneficiados e seguirá com as capacitações e a implantação do meliponário em 2022.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2021, foram capacitadas 1.243 pessoas de 374 empresas fornecedoras, além de 176 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato. Entre os temas, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Conceitos ESG, Direitos Humanos, Gestão Ambiental, Sistema de Gestão Integrado e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) à estratégia das empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de reduzir riscos e de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais, no âmbito das atividades da Enel, o procedimento de DDDH é realizado a cada 3 anos. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. Foi identificado que o Brasil tem maior risco de violação de direitos humanos relacionados aos temas de Corrupção, Diversidade e Meio Ambiente. Por outro lado, a avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. O último ciclo de DDDH, gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2021, o Plano de Ação teve um avanço de 69% das atividades planejadas.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, foi lançada em março de 2012 e, desde então, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores e nas de centenas de crianças, adultos e idosos, com um programa unificado que promove campanhas internas e mutirões voluntários em todas as regiões onde estão localizadas as empresas do Grupo. O objetivo é estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social. Em 2015, foi lançada a plataforma digital da Rede do Bem. Com um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, a plataforma torna o voluntário protagonista das atividades: agora, o colaborador pode propor ações e impressões após as atividades. Nossos mais de 2000 voluntários já beneficiaram milhares de pessoas, contribuindo para o bem-estar da sociedade. Em 2021 o programa beneficiou 16.367 pessoas com a atuação de 1993 voluntários que atuaram em 35 atividades, divididas entre “Campanhas Sazonais” (surgem ao longo do ano, como arrecadação de doativos, material escolar, etc.), “Diversidade” (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual voluntárias da Enel falam sobre carreira e vida profissional) e “Natal com Propósito” (Enel como embaixadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) o programa se divide em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, o programa superou com sucesso a meta estabelecida de 4 mil participações. No total, foram mais de 10 mil participações na iniciativa em todo o Brasil – número 127,7% maior quando comparado a 2020. Isso significa que, por meio dos 56 eventos divididos entre os pilares do Ser Humano, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Econômico, a Enel fomentou a adoção de atitudes sustentáveis e a criação de valor compartilhado entre milhares de colaboradores, parceiros, clientes e comunidades onde atua.

Certificações

A Enel Geração Fortaleza conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, 37001 em gestão antissuborno e a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional.

7 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

100 Open Startups

Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021.

Empresa Mais Digital de 2021

Prêmio concedido pelo +Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos no quais são promovidas palestras, além de trilhas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital

Certificação Top Employer

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

Anuário Época Negócios 360

Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15º posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

Reconhecimento do Pacto Global sobre Práticas Empresariais de Direitos Humanos

O processo de Due Diligence de Direitos Humanos da Enel foi selecionado pelo Pacto Global do Brasil e pelo Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos entre as 12 melhores práticas empresariais sobre o tema, em 2021. O processo de seleção envolveu uma chamada pública para as empresas apresentarem suas práticas, e as melhores foram selecionadas para compor uma publicação histórica e exclusiva de cases sobre Empresas e Direitos Humanos, em comemoração aos 10 anos de lançamento dos “Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos”.

8 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionistas	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	151.935.778	100,00%	151.935.778	100,00%
Não Controladores	-	0,00%	-	0,00%
Total	151.935.778	100,00%	151.935.778	100,00%

9 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2021 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

10 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Roberta Bonomi	Diretor Presidente (Interino)
Raffaele Enrico Grandi	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Pedro Werbest Alves Silva	Diretor de Usina
Cargo Vago	Diretor de Gestão de Energia e Comercialização
Cargo Vago	Diretor de Comunicação
Alan Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
Cargo Vago	Diretora Jurídica
Cargo Vago	Diretor de Relações Institucionais
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretora de Regulação
Cargo Vago	Diretor de Compras

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. CGTF

CNPJ: 04.659.917/0001-53

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Com relatório do auditor independente

**Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Diretores e aos Acionistas da

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

Caucaia - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

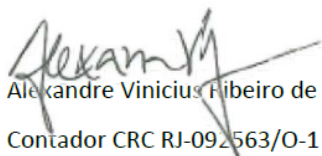
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6-F-RJ



Alexandre Vinicius Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	197.930	218.905
Títulos e valores mobiliários	5	1.021	953
Contas a receber	6	13.428	45.782
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7	74.654	57.953
Outros tributos compensáveis	7	71.349	90.292
Serviços em curso		12.683	11.581
Empréstimos com partes relacionadas	20	228.085	-
Instrumentos financeiros derivativos		8.669	-
Prêmios de seguros e comissões de fianças		7.547	7.931
Outros créditos	8	66.675	21.536
Total do ativo circulante		<u>682.041</u>	<u>454.933</u>
Não circulante			
Outros tributos compensáveis	7	14.150	14.150
Depósitos vinculados a litígios		41	39
Tributos diferidos	19	18.008	20.329
Imobilizado	9	613.497	650.088
Intangível		17.410	10.296
Outros créditos	8	-	5.100
Total do ativo não circulante		<u>663.106</u>	<u>700.002</u>
Total dos ativos		<u>1.345.147</u>	<u>1.154.935</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	155.940	197.741
Empréstimos com partes relacionadas	12	107.798	-
Obrigações por arrendamentos		249	238
Salários, provisões e encargos		6.322	6.615
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	109.186	54.107
Outras obrigações fiscais	11	41.366	36.685
Encargos setoriais	13	20.641	34.489
Dividendos a pagar		7.168	3.203
Instrumentos financeiros derivativos		-	3.322
Outras obrigações		-	121
Total do passivo circulante		448.670	336.521
Não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas	12	-	102.076
Obrigações por arrendamentos		35	150
Provisão para processos judiciais e outros	14	310	305
Outras obrigações		1.067	1.016
Total do passivo não circulante		1.412	103.547
Patrimônio líquido	15		
Capital social		151.936	151.936
Reserva de capital		141.659	141.659
Reservas de lucros		266.513	423.464
Outros resultados abrangentes		5.722	(2.192)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		329.235	-
Total do patrimônio líquido		895.065	714.867
Total dos passivos e patrimônio líquido		1.345.147	1.154.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	2021	2020
Receita líquida	16	1.719.626	964.862
Custo do serviço	17	(1.229.618)	(696.353)
Lucro bruto		490.008	268.509
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas		(976)	(1.583)
Despesas gerais e administrativas	17	(6.457)	(2.768)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		(367)	-
Outras receitas operacionais		41.626	-
Total (despesas) receitas operacionais		33.826	(4.351)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		523.834	264.158
Resultado financeiro	18		
Receita financeira		26.286	73.553
Despesa financeira		(16.320)	(76.241)
		9.966	(2.688)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		533.800	261.470
Imposto de renda e contribuição social	19		
Correntes		(177.153)	(105.348)
Diferidos		1.756	4.032
Lucro líquido do exercício		358.403	160.154
Lucro por ação		2,36	1,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro do exercício	358.403	160.154
Ganho (perdas) com instrumentos financeiros derivativos	11.992	(10.345)
Imposto diferido sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	(4.078)	3.517
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>366.317</u>	<u>153.326</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Incentivo fiscal	Reforço de capital de giro				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>151.936</u>	<u>141.659</u>	<u>20.593</u>	<u>200.629</u>	<u>299.626</u>	<u>4.636</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>819.079</u>
Perdas com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(10.345)	-	-	(10.345)
Imposto diferido sobre instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	3.517	-	-	3.517
Distribuição de dividendo adicional	-	-	-	-	(254.335)	-	-	-	(254.335)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	160.154	160.154
Destinações									
Dividendos mínimos obrigatórios - 2%	-	-	-	-	-	-	-	(3.203)	(3.203)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	156.951	-	-	(156.951)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>151.936</u>	<u>141.659</u>	<u>20.593</u>	<u>200.629</u>	<u>202.242</u>	<u>(2.192)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>714.867</u>
Ganho com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	11.992	-	-	11.992
Imposto diferido sobre instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(4.078)	-	-	(4.078)
Distribuição de dividendo adicional 30.04.2021	-	-	-	-	(156.951)	-	-	-	(156.951)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	358.403	358.403
Destinações									
Dividendos mínimos obrigatórios - 2%	-	-	-	-	-	-	-	(7.168)	(7.168)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	329.235	(329.235)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>151.936</u>	<u>141.659</u>	<u>20.593</u>	<u>200.629</u>	<u>45.291</u>	<u>5.722</u>	<u>329.235</u>	<u>-</u>	<u>895.065</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	358.403	160.154
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	367	-
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e outros	13	(602)
Atualização das provisões para processos judiciais e outros	4	4
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	5.722	-
Juros diversos e variações monetárias provisionadas	-	79.719
Depreciação e amortização	57.537	55.800
Instrumentos financeiros derivativos	(4.077)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	177.153	105.348
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.756)	(4.032)
	<u>593.366</u>	<u>396.391</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	31.987	(32.734)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis e Outros tributos compensáveis	4.563	13.325
Depósitos vinculados a litígios	(2)	(2)
Ativo de contrato	-	-
Serviços em curso	(1.102)	-
Outros créditos	(39.655)	14.944
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(41.801)	67.980
Salários, provisões e encargos	(293)	396
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(42.258)	(125)
Pagamento de provisões para processos judiciais	(12)	(65)
Encargos setoriais	(13.848)	3.766
Outras obrigações	268	(1.320)
	<u>491.213</u>	<u>462.556</u>
Pagamento de instrumento financeiro	-	(74.669)
Pagamento de juros de instrumento financeiro	-	(240)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-	(5.194)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(73.379)	(64.150)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>417.834</u>	<u>318.303</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(68)	25.787
Alienações de imobilizado	8.829	-
Aquisição para o ativo intangíveis e imobilizado	(36.889)	(48.517)
Empréstimos e financiamentos concedidos - partes relacionadas	(228.085)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(256.213)</u>	<u>(22.730)</u>
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Recebimento de instrumento financeiro - principal	-	116.773
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	-	(319.019)
Captação de empréstimos e financiamentos - principal	-	112.246
Pagamento de arrendamento mercantil	(442)	(261)
Pagamento de dividendos e JSCP	(182.154)	(254.335)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(182.596)</u>	<u>(344.596)</u>
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(20.975)</u>	<u>(49.023)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	218.905	267.928
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	197.930	218.905
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(20.975)</u>	<u>(49.023)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (“Companhia” ou “CGTF”), com sede na Rodovia CE 422, Km 1, Complexo Industrial Porto Pecém, no município de Caucaia, CE, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Em outubro de 2001, a CGTF foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica. Contudo, o início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003.

A CGTF tem como principais operações:

- Contrato de venda de energia - 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), firmado com a Companhia Energética do Ceará - COELCE (parte relacionada) pelo prazo de 20 anos a contar de 27 de dezembro de 2003, a preço regulado pela ANEEL o qual é reajustado anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado;
- Contrato de compra e venda de gás natural firmado com a Companhia de Gás do Ceará (“CEGÁS”), com interveniência da Petrobras, pelo prazo de 20 anos a contar de 27 de dezembro de 2003, cotado mensalmente em dólar-americano. Este contrato confere exclusividade de fornecimento pela CEGÁS à Companhia, bem como define premissas de mínimas e máximas de consumo associadas ao preço a ser pago pela Companhia.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Em 24 de março de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.3 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final do período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

3.1 Principais políticas contábeis

3.1.1 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

a) Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

3.1.2 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

a) Classificação – Ativos e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 – Instrumentos financeiros e seus ativos e passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), conforme apropriado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou
- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo).

f) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na conta "outros resultados abrangentes", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como resultado financeiro.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito, vide nota explicativa nº 21.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, a Companhia geralmente designa a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

3.1.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1.4 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 9.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

3.1.5 Intangível

São decorrentes de licenças de software e direito de uso da infraestrutura. Esses ativos são reconhecidos pelo custo.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é em função dos contratos de concessão de geração. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.1.6 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.1.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b) Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

3.1.8 Provisão para processos judiciais e outros

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, arrendamentos e instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Nota explicativa 6 - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito da Companhia cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Nota explicativa 20 - Ativo fiscal diferido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Companhia é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Os ativos fiscais diferidos não prescrevem.

Nota explicativa 14 - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nota explicativa 22 - Instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

3.3 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

(ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

(iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e

(iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPF 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência. A Companhia não possui transações neste escopo.

3.4 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual e aplicações de escopo quanto ao CPC 25 e ICPC 19	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1° de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1° de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1° de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1° de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis	1° de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas correntes bancárias	16.626	46.704
Total caixa e contas correntes bancárias	16.626	46.704
Aplicações financeiras		
CDB - Certificado de depósito bancário	181.304	164.462
Operações compromissadas	-	7.709
Total aplicações financeiras	181.304	172.171
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	-	30
Total Fundos exclusivos	-	30
Total de caixa e equivalentes de caixa	197.930	218.905

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, essas já estão classificadas como custo amortizado, em contrapartida ao resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundos de investimentos não exclusivos	588	590
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	433	362
LF - Letra Financeira	-	1
Total de títulos e valores mobiliários	<u><u>1.021</u></u>	<u><u>953</u></u>

Através de fundos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

6. Contas a receber

	<u>A vencer</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Consumidores e concessionárias	13.795	13.795	45.782
	<u>13.795</u>	<u>13.795</u>	<u>45.782</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(367)	(367)	-
	<u>13.428</u>	<u>13.428</u>	<u>45.782</u>

Em dezembro de 2021, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 187.439 (R\$ 153.904 em 2020), com desconto de R\$ 2.421 (R\$ 496 em 2020 - nota explicativa nº 19).

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE – Mecanismo de Realocação de Energia e MCP- Mercado de Curto Prazo) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A movimentação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2021</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(367)	(367)
	<u>-</u>	<u>(367)</u>	<u>(367)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imposto de renda e contribuição social e outros tributos compensáveis

O saldo de imposto de renda e contribuição social em 2021 é de R\$ 74.654 (R\$ 57.953 em 31 de dezembro de 2020).

Outros tributos compensáveis estão demonstrados como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS	4.675	14.150	6.493	14.150
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (a)	66.672	-	83.796	-
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") - ICMS	2	-	3	-
Total	71.349	14.150	90.292	14.150

- (a) O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS, e em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A Companhia possuía uma ação judicial e foi cientificada em março de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de dezembro de 2003. Dessa forma, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

A Companhia efetuou o reconhecimento dos créditos fiscais de PIS e de COFINS a recuperar no montante de principal e juros de R\$ 129.191 (R\$ 72.700 sobre receita líquida e R\$ 56.491 sobre receita financeira) registrados no resultado de 2019. Após a habilitação do crédito concedida pela Receita Federal no mês de novembro de 2019, iniciou os procedimentos de recuperação dos referidos créditos tributários no mês de dezembro de 2019 de acordo com as previsões legais.

Em dezembro de 2021 o valor do PIS/COFINS a Compensar possui total de R\$ 66.672 sendo composto por R\$ 45.825 de créditos oriundos do processo relacionado ao PIS/COFINS sem ICMS na Base e R\$ 20.846 relacionado a PIS/COFINS Retidos na operação com clientes. A seguir a movimentação de PIS e COFINS no exercício:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.674	83.953
Atualizações	1.849	-
Compensações	(46.644)	-
Reclassificação	83.953	(83.953)
Retenções fonte	2.964	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	83.796	-
Atualizações	14.218	-
Compensações	(82.035)	-
Constituição	29.847	-
Retenções fonte	20.846	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.672	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros créditos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Compartilhamento de recursos - partes relacionadas (nota 20)	23.702	16.618
Adiantamento a empregados	96	319
Custos de contrato (a)	-	7.650
Indenização danos materiais(b)	23.873	-
Indenização lucro cessante (c)	17.753	-
Outros	1.251	2.049
Total	<u>66.675</u>	<u>26.636</u>
Circulante	66.675	21.536
Não circulante	-	5.100

- (a) Refere-se a custos incrementais para obtenção de contrato de venda de energia, em volumes de 222 MW médios de setembro de 2020 a dezembro de 2023. O saldo será amortizado de acordo com o tempo do contrato. Por se tratar de custos incrementais, em 2021 o saldo foi reclassificado para a rubrica de intangível.
- (b) Refere-se a indenização por dano ocasionado por mau funcionamento de componente de uma das turbinas a gás da unidade geradora. O valor será indenizado pela seguradora, contratada pela Companhia.
- (c) Indenização por lucro cessante como decorrência do evento mencionado no item (b), em que a referida turbina ficou sem operar por aproximadamente 2 meses.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada como segue:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2020	31/12/2021				Valor líquido
		Valor líquido	Reclassificação	Adição	Depreciação	Baixa	
Terrenos		1.055	-	-	-	-	1.055
Barragens e adutoras		17	(17)	-	-	-	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	40	8.320	17	-	-	-	8.337
Máquinas e Equipamentos	26	996.008	72.077	-	-	(17.385)	1.050.700
Veículos	7	1.272	-	-	-	-	1.272
Móveis e Utensílios	16	11.434	3	-	-	-	11.437
		1.018.106	72.080	-	-	(17.385)	1.072.801
Depreciação acumulada em serviço							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias		(3.787)	-	-	(746)	-	(4.533)
Máquinas e Equipamentos		(520.253)	-	-	(52.926)	8.556	(564.580)
Veículos		(1.108)	-	-	(68)	-	(1.176)
Móveis e Utensílios		(11.283)	-	-	(31)	-	(11.314)
		(536.431)	-	-	(53.771)	8.556	(581.603)
Em curso							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias		946	20	551	-	-	1.517
Máquinas e Equipamentos		166.724	(72.074)	19.794	-	-	114.444
Veículos		377	(26)	-	-	-	351
Móveis e Utensílios		6	-	-	-	-	6
Compras em andamento		-	-	5.636	-	-	5.636
		168.053	(72.080)	25.981	-	-	121.954
Arrendamento - IFRS 16							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	2	360	-	77	(317)	-	120
Veículos	2	-	-	231	(6)	-	225
		360	-	308	(323)	-	345
Total do imobilizado		650.088	-	26.289	(54.094)	(8.829)	613.497

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2019	31/12/2020			
		Valor líquido	Reclassificação	Adição	Depreciação	Valor líquido
Terrenos		1.055	-	-	-	1.055
Barragens e adutoras		-	17	-	-	17
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	40	7.994	326	-	-	8.320
Máquinas e Equipamentos	26	992.928	3.080	-	-	996.008
Veículos	7	1.272	-	-	-	1.272
Móveis e Utensílios	16	11.434	-	-	-	11.434
		1.014.683	3.423	-	-	1.018.106
Depreciação acumulada em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias		(3.543)	-	-	(244)	(3.787)
Máquinas e Equipamentos		(465.181)	-	-	(55.072)	(520.253)
Veículos		(1.050)	-	-	(58)	(1.108)
Móveis e Utensílios		(11.260)	-	-	(23)	(11.283)
		(481.034)	-	-	(55.397)	(536.431)
Em curso						
Imobilizado em andamento		123.365	(3.423)	48.111	-	168.053
		123.365	(3.423)	48.111	-	168.053
Arrendamento - IFRS 16						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	2	116	-	447	(203)	360
		116	-	447	(203)	360
Total do imobilizado		657.130	-	48.558	(55.600)	650.088

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Compra de energia (a)	51.790	124.146
Encargo de Uso da Rede	2.363	1.946
Insumos para produção de energia - Gás (b)	25.949	5.086
Compartilhamento de recursos - partes relacionadas (nota 20)	14.443	6.697
Materiais e serviços	61.395	59.729
Outros	-	137
Total	<u>155.940</u>	<u>197.741</u>

(a) O saldo de compra de energia em 2021 é menor devido ao fato de que no ano de 2020 a Companhia teve interrupções em seu fornecimento usual de gás, tendo que recorrer ao mercado de curto prazo, o que elevou o saldo a pagar.

(b) A Companhia funciona por ordem dos despachos realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Quando ocorre os despachos, há maior geração de energia e conseqüentemente maior consumo de gás.

11. Imposto de renda e contribuição social e outras obrigações fiscais

O saldo de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 109.186 (R\$ 54.107 em 31 de dezembro de 2020), e é composto como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para imposto de renda a pagar	130.254	77.436
Provisão para contribuição social a pagar	46.901	27.912
Antecipação efetuada no exercício	(67.969)	(51.241)
	<u>109.186</u>	<u>54.107</u>

A Companhia opta pelo lucro real anual como base de tributação. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, mensalmente, a Companhia recolheu IRPJ e CSLL com base na presunção de lucro de 8% sobre a receita bruta, acrescida de demais receitas não abrangidas na receita bruta.

Outros tributos estão demonstrados como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	32.281	31.362
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	5.068	2.789
Programa de integração social - PIS	1.090	603
Instituto nacional de seguridade social - INSS	15	13
Imposto sobre serviços - ISS	-	19
Outros	2.912	1.899
Total	<u>41.366</u>	<u>36.685</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

A Companhia possui apenas um contrato de mútuo de curto prazo, celebrado no mês de abril de 2020, com a Enel Brasil S.A., no valor de R\$ 100.000, com vencimento em parcela única em novembro de 2022.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal
	Circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante
Moeda nacional				
Mútuo Enel Brasil	7.798	100.000	2.076	100.000
	7.798	100.000	2.076	100.000

Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Financeiros
09/04/2020	08/11/2022	Bullet	Não aplica	126,81% CDI a.a.

Segue abaixo a mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Empréstimos e financiamentos	
	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	245.500	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	12.246	100.000
Varição cambial	63.481	-
Encargos financeiros provisionados	2.986	2.076
Encargos financeiros pagos	(5.194)	-
Amortização de principal	(319.019)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	102.076
Encargos financeiros provisionados	1.823	3.899
Transferência	105.975	(105.975)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	107.798	-

13. Encargos setoriais

	31/12/2021	31/12/2020
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	20.348	33.530
Ministério de Minas e Energia ("MME")	202	320
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	91	639
Total	20.641	34.489

A obrigação de P&D, está prevista na lei nº 9.991/2000, e trata-se de obrigação de aplicar 1% da ROL (Receita Operacional Líquida) em programas de pesquisa e desenvolvimento distribuído da seguinte forma:

- 40% recolhidos mensalmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 20% recolhidos mensalmente ao Ministério de Minas e Energia (MME);
- 40% em projetos de P&D, sendo: (i)30% recolhido mensalmente de acordo com a medida provisória 988/2020; e (ii) 70% para investimento em programas de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

14. Provisão para processos judiciais e outros

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

	Saldo em 31/12/2020	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	1	-	-	-	1
Fiscais	302	13	4	(12)	307
Cíveis	2	-	-	-	2
Total	305	13	4	(12)	310

	Saldo em 31/12/2019	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	90	(24)	-	(65)	1
Fiscais	878	(580)	4	-	302
Cíveis	-	2	-	-	2
Total	968	(602)	4	(65)	305

Com relação ao saldo de contingências fiscais, a Companhia discutia com a Receita Federal débitos de PIS/COFINS pagos através de declarações de compensações. Os processos administrativos se encerraram favoravelmente à Companhia no mérito, restando apenas um saldo decorrente de diferença de cálculo que monta em R\$ 307 (R\$ 302 em 31 de dezembro de 2020).

Risco possível

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais	130.010	124.518
Trabalhistas	477	116
Cíveis	73	67
Total	130.560	124.701

A Companhia possui ações de natureza tributária, cíveis e trabalhistas que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível.

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento em rescisões contratuais, indenização por acidentes/morte durante atividades que envolvam a cia, desapropriações e ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais.

c) Tributárias

Os principais processos estão listados como segue:

PIS e COFINS

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 a fevereiro a novembro de 2004. O processo administrativo encerrou desfavorável à Companhia. A Companhia ofereceu seguro garantia e segue discutindo o tema na esfera judicial. O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 95.870 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 94.460 em dezembro de 2020).

IRPJ/CSLL

A Companhia discute em execução fiscal o direito de utilizar crédito de saldo negativo de IRPJ e CSLL, cuja compensação não foi aceita pela receita federal. A Companhia ofereceu seguro garantia e segue discutindo o tema na esfera judicial. O valor atualizado da execução fiscal é de R\$ 16.456 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 16.200 em 31 de dezembro de 2020).

ISS

Execução fiscal e autos de infração apresentados pelo município de Caucaia para cobrança de supostos débitos de ISS referente ao período de 2006 a 2019. A Companhia efetuou um seguro garantia e apresentou embargos à execução fiscal e aguarda julgamento de primeira instância. Já nos autos de infração, em 2021 a Companhia apresentou defesa em primeira instância nos 13 autos, tendo tido decisão favorável em 10 e parcialmente favorável em 3 autos de infração. Nesses últimos, foi apresentado recurso e aguarda-se julgamento. O valor atualizado do tema é de R\$15.291 em 31 de dezembro de 2021 (R\$11.753 em 31 de dezembro de 2020).

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$151.936 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com seguinte composição de ações ordinárias nominativas (sem valor nominal):

Acionista	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	151.935.778	100,00%
Total	151.935.778	100%

b) Destinação dos resultados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de 2% sobre o lucro líquido do exercício após as deduções legais, para pagamento de dividendos mínimo obrigatório.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	358.403	160.154
Dividendos mínimo obrigatório	(7.168)	(3.203)
Juros sobre capital próprio	(22.000)	-
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(329.235)	-
Retenção de Lucros - Reserva para reforço de capital de giro	<u>-</u>	<u>156.951</u>

A proposta de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 329.235 será submetida a deliberação em Assembleia Geral Ordinária - AGO, dessa forma, a Companhia somente reconhecerá a obrigação de dividendo a pagar no passivo, após a referida deliberação..

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 27 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório de R\$3.203; (ii) reserva para reforço de capital de giro no montante de R\$156.951.

c) Reserva legal

A Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma das reservas de capital e a reserva legal excedeu 30% do capital social.

d) Reserva de capital

Corresponde ao benefício da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$141.659, o qual foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme disposto no art. 200 da Lei 6.404/76, não sendo incluída na base de cálculo dos dividendos.

e) Reserva de incentivo fiscal

Corresponde à reserva criada, a partir da introdução da lei 11.638/07, para a alocação do incentivo fiscal relativo ao lucro da exploração de benefício da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. A parcela do resultado destinada a essa reserva não é incluída na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia gozava de incentivos fiscais até o ano-base de 2013.

f) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 32 do estatuto social da Companhia.

g) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares das ações pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas durante o exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro do exercício	358.403	160.154
Número de Ações	151.935.778	151.935.778
Lucro por ação:	<u>2,36</u>	<u>1,05</u>

h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

16. Receita líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta		
Suprimento de energia elétrica	600.450	53.773
Suprimento de energia elétrica com empresa relacionada (nota 21)	1.581.488	1.313.668
Total da Receita operacional bruta	<u>2.181.938</u>	<u>1.367.441</u>
(-) Deduções da receita		
ICMS	(404.600)	(354.690)
PIS	(12.243)	(8.520)
COFINS	(56.312)	(39.304)
Benefício Provin - redução do ICMS	24.019	10.181
Programa de pesquisa e desenvolvimento	(12.224)	(9.246)
Taxa de fiscalização	(952)	(1.000)
Total de deduções de receita	<u>(462.312)</u>	<u>(402.579)</u>
	<u>1.719.626</u>	<u>964.862</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Custos e despesas operacionais

	2021					2020				
	Custo do Serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	Outras receitas operacionais	Total	Custo do Serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(14.065)	(976)	(1.384)	-	-	(16.425)	(13.012)	(1.838)	(2.129)	(16.979)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(367)	-	(367)	-	-	-	-
Provisão de processos judiciais e outros	(4)	-	(13)	-	-	(17)	-	-	602	602
Material	(1.254)	-	(207)	-	-	(1.461)	(651)	-	(18)	(669)
Serviços de terceiros	(6.131)	-	(1.519)	-	-	(7.650)	(5.819)	-	(503)	(6.322)
Serviços de terceiros - parte relacionadas (nota 20)	-	-	(2.436)	-	-	(2.436)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(56.363)	-	(323)	-	-	(56.686)	(55.737)	-	(63)	(55.800)
Energia elétrica comprada no mercado	(977.368)	-	-	-	-	(977.368)	(341.196)	-	-	(341.196)
Transporte de potência de energia	(591)	-	-	-	-	(591)	-	-	-	-
Créditos de PIS e COFINS	57.295	-	-	-	-	57.295	12.010	-	-	12.010
Matéria prima e insumos para produção de energia	(183.632)	-	-	-	-	(183.632)	(220.831)	-	-	(220.831)
Custo pelo uso do sistema de transmissão	(25.806)	-	-	-	-	(25.806)	(24.522)	-	-	(24.522)
Energia elétrica comprada - partes relacionadas (nota 20)	4	-	-	-	-	4	(37.661)	-	-	(37.661)
Custo do uso do sistema de transmissão - partes relacionadas (nota 20)	(353)	-	-	-	-	(353)	(304)	-	-	(304)
Indenização seguro	-	-	-	-	41.626	41.626	-	-	-	-
Outras (despesas) e receitas	(21.350)	-	(575)	-	-	(21.925)	(8.630)	255	(657)	(9.032)
Total	(1.229.618)	(976)	(6.457)	(367)	41.626	(1.195.792)	(696.353)	(1.583)	(2.768)	(700.704)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	8.531	4.517
Atualização de depósitos judiciais	2	2
Instrumentos financeiros derivativos	-	63.536
Variação cambial ativa	554	-
Variação cambial ativa - partes relacionadas (nota 20)	179	-
Variações monetárias diversas	-	3.152
Atualização de créditos tributários	16.567	2.819
Outras receitas financeiras	17	15
Outras receitas financeiras - partes relacionadas (nota 20)	1.718	-
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.282)	(488)
Total da receitas financeiras	<u>26.286</u>	<u>73.553</u>
Despesas financeiras		
Atualização de fornecedores	(2.305)	(2.573)
Encargos de dívidas - partes relacionadas (nota 20)	(5.722)	(5.060)
Variação cambial passiva - Dívida	-	(64.945)
Variação cambial passiva - Outros	(221)	-
Variação cambial passiva - partes relacionadas (nota 20)	(22)	-
Atualização financeira de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(4)	(4)
Encargos - P&D/PEE	-	(536)
Garantias e comissão de fianças	(2.547)	(1.716)
Taxa de incentivo PROVIN	-	(461)
Operação de factoring	(3.573)	(496)
Outras despesas financeiras	(1.926)	(450)
Total da despesas financeiras	<u>(16.320)</u>	<u>(76.241)</u>
Total	<u>9.966</u>	<u>(2.688)</u>

19. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

	2021	2021	2020	2020
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	533.800	533.800	261.471	261.471
Reversão dos juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Alíquota nominal dos tributos	25%	9%	25%	9%
	<u>(133.427)</u>	<u>(48.042)</u>	<u>(65.344)</u>	<u>(23.532)</u>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(1.013)	(395)	(9.202)	(3.312)
Incentivos fiscais	-	-	74	-
Juros sobre capital próprio	5.500	1.980	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(128.940)</u>	<u>(46.457)</u>	<u>(74.472)</u>	<u>(26.844)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(130.253)	(46.900)	(77.436)	(27.912)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.313	443	2.964	1.068
Total	<u>(128.940)</u>	<u>(46.457)</u>	<u>(74.472)</u>	<u>(26.844)</u>
Alíquota Efetiva	24,16%	8,70%	28,48%	10,27%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme o artigo 228 do regulamento do Imposto de Renda - IR, a alíquota do IRPJ é de 15% sobre 100% do lucro tributável apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20/mês

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Balancos patrimoniais		DRE e DRA	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IR e CS sobre diferenças temporárias	20.956	19.199	1.757	4.032
Provisão para processos judiciais e outros	106	191	(85)	(226)
Depreciação acelerada	15.546	15.649	(103)	4.598
Provisão materiais e serviços	-	3.350	(3.350)	(349)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	125	-	125	-
Obrigações por arrendamento	(21)	9	(30)	9
Outras	5.200	-	5.200	-
Efeito no resultado do exercício	20.956	19.199	1.757	4.032
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs – Reconhecidos no patrimônio	(2.948)	1.130	(4.078)	3.517
Total	18.008	20.329	(2.321)	7.549

O teste de recuperabilidade do saldo dos impostos diferidos ativos é revisado a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia.

2022	2023	Total
5.203	15.753	20.956

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31/12/2021			31/12/2020		2021	2020
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (Despesa)	
Consumo Próprio	ENEL Distribuição Ceará - COELCE		-	9	-	-	-	(79)	(67)
Management Fee	Enel Global Thermal Generation S.r.l.		-	3.935	-	-	-	(3.935)	-
	ENEL SPA		-	3.582	-	-	3.619	36	(1.054)
Suprimento de Energia - CCEAR (a)	Enel Green Power Cachoeira Dourada	Até o final da Concessão	-	-	-	-	-	-	(13.379)
	Enel Green Power Volta Grande		-	-	-	-	-	-	(22.823)
	Enel Green Power Parapanema S.A.		-	-	-	-	-	-	(944)
	Enel Green Power Mourão SA	Até o final da Concessão	-	-	-	-	515	4	(515)
Encargo de uso do sistema de transmissão (a)	ENEL Distribuição Ceará - COELCE	Dezembro de 2021	187.439	-	-	-	-	1.581.488	1.313.668
	ENEL CIEN S.A.	Novembro de 2022	-	27	-	-	20	(274)	(304)
Mútuo	ENEL Distribuição Goiás - CELG D (b)	Dezembro de 2021	228.085	-	-	-	-	1.718	-
	Enel Brasil S.A (nota 12)	Dezembro de 2021	-	-	107.798	-	102.076	(5.722)	(2.076)
Dividendos	Enel Brasil S.A		-	7.168	-	-	3.203	-	-
Comissão de Fiança	Enel Brasil S.A		-	-	-	-	-	-	(321)
Compartilhamento de recurso especializado para gerenciamento e apoio operacional.	ENEL SPA		937	-	-	937	-	-	170
	Enel Americas S.A.	Até o final da Concessão	4.097	-	-	2.775	-	1.321	1.117
	Endesa Generacion SA		-	64	-	-	43	(21)	-
	Enel Global Thermal Generation S.r.l.		833	-	-	545	-	288	276
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM	Enel Global Thermal Generation S.r.l.		-	3.141	-	-	-	32	-
	Enel Brasil S.A	Até o final da Concessão	-	1.540	-	-	-	-	-
	Enel Ibéra SLR		-	252	-	-	255	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas (c)	ENEL Distribuição Ceará - COELCE		5.416	345	-	5.416	339	-	-
	Enel Green Power Volta Grande		837	-	-	836	-	-	-
	ENEL Distribuição Rio - AMPLA		377	-	-	377	28	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		8.521	275	-	3.049	275	-	-
	Enel Green Power Brasil Participações Ltda	Fevereiro de 2024	-	-	-	844	2	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		13	12	-	13	-	-	-
	Enel Brasil S.A		850	777	-	6	1.601	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		1.774	484	-	1.773	-	-	-
ENEL CIEN S.A.		47	-	-	47	-	-	-	
			439.226	21.611	107.798	16.618	111.976	1.574.856	1.273.748

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Suprimento de energia – CCEAR e encargo de uso do sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

(b) Mútuo

Em 2021 a Companhia celebrou 3 contratos de mútuo financeiro com a Enel Distribuição Goiás – CELG D no valor total de R\$ 226.367 com vencimentos em janeiro e fevereiro de 2022 conforme detalhe a seguir:

Contrato	Indicador	Spred	Início	Vencimento	Amortização	Principal	Encargos	Total
Mútuo Celg - CGTF I	CDI	120,00%	08/11/2021	07/02/2022	Bullet	45.403	631,00	46.034
Mútuo Celg - CGTF II	CDI	120,00%	07/12/2021	06/01/2022	Bullet	140.771	988,00	141.759
Mútuo Celg - CGTF III	CDI	158,00%	23/12/2021	10/01/2022	Bullet	40.193	99,00	40.292
						226.367	1.718	228.085

(c) Compartilhamento

A Companhia possui contratos de compartilhamento de staff e compartilhamento de custos de infraestrutura.

Os contratos foram firmados entre a Companhia e sociedades controladas, diretamente e indiretamente, pelo Grupo Enel no Brasil (“Companhias”), controlador da Companhia.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº 338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos Administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.248 (R\$ 1.572 em 2020). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

21. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de risco que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e instituições financeiras. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes, sendo o principal cliente parte relacionada, bem como pela política de gerenciamento financeiro administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nas notas explicativas nº 4 e 5.

a) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros de passivos financeiros da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Fornecedores	155.940	-	-	155.940
Obrigações por arrendamento	88	161	35	284
Empréstimos e Financiamentos	-	120.273	-	120.273
	156.028	120.434	35	276.497

Valoração dos instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras estão contabilizados a valor de mercado.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, assim como as taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	197.930	197.930	218.905	218.905
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	1.021	1.021	953	953
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	13.428	13.428	45.782	45.782
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	8.669	8.669	-	-
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	155.940	155.940	197.741	197.741
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	7.798	108.601	102.076	98.893
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	3.322	3.322
Obrigações de arrendamentos	Custo amortizado	2	284	284	388	388
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	Custo amortizado	2	107.798	107.798	102.076	102.076

Os títulos e valores mobiliários registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se do valor justo, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

A estimativa do valor de mercado das operações de derivativos foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros descontados a valor presente pela curva futura do DI, apresentadas pela B3 (anteriormente denominada BM&FBOVESPA) na posição de 31 de dezembro de 2021. O valor de mercado dos instrumentos financeiros (NDFs) em 31 de dezembro de 2021 foi de (R\$ 8.669).

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção do fluxo de recebimento de receitas futuras em moeda estrangeira (conforme mencionado na nota 1) e proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2021 havia 3 (três) contratos de NDFs, conforme demonstrados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos NDF									
(+) Ativo				BRL			R\$ 143.655	-	-
(-) Passivo	Itaú	22/10/2021	22/04/2022	USD	USD 26.250	R\$ 155.085	R\$ 148.557	-	-
(=) Ajuste							R\$ 4.902	R\$ 4.902	R\$ -
(+) Ativo				BRL			R\$ 145.078	-	-
(-) Passivo	Bradesco	21/10/2021	22/04/2022	USD	USD 26.250	R\$ 153.668	R\$ 148.657	-	-
(=) Ajuste							R\$ 3.579	R\$ 3.579	R\$ -
(+) Ativo				BRL			R\$ 154.217	-	-
(-) Passivo	Bradesco	18/10/2021	01/04/2022	USD	USD 27.898	R\$ 158.701	R\$ 154.405	-	-
(=) Ajuste							R\$ 188	R\$ 188	R\$ -
							NDF	SWAP	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019							7.876	52.144	60.020
Resultado SWAP - Juros							-	67	67
Resultado SWAP - Variação cambial							-	63.469	63.469
Marcação a mercado no patrimônio líquido							(85.867)	(852)	(86.719)
Pagamentos							74.669	(116.533)	(41.864)
Saldo em 31 de dezembro de 2020							(3.322)	-	(3.322)
Marcação a mercado no patrimônio líquido							(27.055)	-	(27.055)
Pagamentos							39.046	-	39.046
Saldo em 31 de dezembro de 2021							8.669	-	8.669

Operações de Non-Deliverable Forward (NDFs)

A Administração da Companhia, visando possuir maior previsibilidade e proteção de suas receitas, efetua a contratação de NDFs, considerando que a fórmula de reajuste de preço anual do contrato de venda de energia de longo prazo (*PPA - Power Purchase Agreement*), que ocorre em março e abril de cada ano, possui o dólar americano como um de seus componentes.

Nesse sentido, em dezembro de 2020, a Companhia contratou NDFs para proteger a receita relacionada ao volume de energia contratual do efeito da variação do dólar no reajuste de preço. Essas NDFs foram totalmente liquidadas em março e abril de 2021. Com o aumento do dólar, o resultado liquidado em 2021 foi negativo em R\$ 39.046. O registro dos efeitos desses derivativos no resultado acompanhou o registro do item protegido (receita).

Da mesma forma que contratado no ano anterior, em outubro de 2021 a Companhia contratou novas NDFs para proteger a receita da exposição ao dólar que compõe o índice de reajuste de preço anual que ocorrerá em 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, os custos não realizados dos NDFs totalizavam posição ativa no valor justo de R\$ 8.669 e a contrapartida deste montante está reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O vencimento dos NDFs ocorrerá conforme descrito abaixo:

	Menos de um mês	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
NDF BRLxUSD	-	(8.669)	-	(8.669)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças na moeda estrangeira da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade no hedge da Companhia estabelecida com uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos aos contratos da Companhia.

Contrato	Indexador do	31/12/2021	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
				Cenário	Efeito líquido no	Cenário	Efeito líquido no
Mútuo	CDI	107.799	12.875	15.868	2.993	18.780	5.905
NDF	DOLAR	467.453	5.221	(110.337)	(115.558)	(225.896)	(231.117)
Total	Total	575.252	18.096	(94.469)	(112.565)	(207.116)	(225.212)

22. Compromissos

Os compromissos são referentes a contratos de longo prazo conforme descritos abaixo:

Obrigações contratuais	2022	2023	2024	2025	Após 2026	Total
Compra Gás	185.909	250.758	245.777	-	-	682.444
Compra de energia	433.740	372.266	391.581	-	-	1.197.587
Serviços de logística	148.054	104.923	3.910	1.917	415	259.219

23. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Adoção inicial (CPC06 R2)	308	-
Remensuração de ativos (CPC06 R2)	-	448
Compensações de Pis e Cofins (nota 7)	(82.035)	(46.644)

24. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2021	31/10/2022	16	215.869
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	n/a	113
Responsabilidade civil dos administradores	10/11/2021	10/11/2022	n/a	82.725
Risco ambiental	31/10/2021	31/10/2022	n/a	131.934
Frota	30/07/2021	30/07/2022	n/a	1.000

Estão cobertos as subestações, escritórios, almoxarifados, parques, subparques, usinas, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Eventos Subsequentes

25.1 Recebimento de Seguro

Em 10 de fevereiro de 2022 a Companhia recebeu da seguradora a quantia de R\$ 41.626 como indenização por danos materiais e lucro cessante, conforme nota explicativa nº 8.

25.2 Recebimento de mútuo

Em 31 de janeiro de 2022 a Companhia recebeu da CELG valores de mútuo (vide nota explicativa nº 12), conforme segue:

Contraparte	Ref.	Data Recebimento	Principal	Correção	Juros	IRRF	Total
CELG	Contrato I	31/01/2022	45.404	884	129 -	228	46.189
CELG	Contrato II	31/01/2022	140.771	1.905	264 -	488	142.452
CELG	Contrato III	31/01/2022	40.193	379	68 -	100	40.540

25.3 Pagamento de mútuo

Em 31 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou pagamento de mútuo para Enel Brasil, no valor de R\$ 107.260, sendo R\$ 100.000 de principal, R\$ 8.800 de correção e R\$ 1.540 de retenção de impostos.